

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 29 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6383471>



A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NOS PROJETOS EDUCACIONAIS DE RUI BARBOSA E NO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1881, 1932)

Rovílio de Lima Nicácio¹

Rair de Lima Nicácio²

Resumo

A inquietação por parte de pensadores educacionais brasileiros em prol de uma educação universalizante, não é tão recente e perdura até os dias atuais. Nas últimas décadas do século XIX, nos deparamos com Rui Barbosa (1848 – 1923) que explicita suas ideias liberais a respeito das mudanças na concepção de educação por meios dos *Pareceres* sobre a educação primária, secundária e superior (1881, 1882 e 1883), defendendo a priori a necessidade de o Estado tornar-se responsável total pela oferta da educação nas diferentes etapas, do jardim de infância ao ensino superior, além de garantir o acesso das camadas populares. No século XX, mais especificamente na terceira década, 1932, um grupo de intelectuais, com diferentes ideologias, se uniram para escrever um manifesto que seguia em contramão ao modelo educacional vigente, buscando assim romper com os velhos paradigmas. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, assim concebido, traz em sua estrutura as principais discussões circundantes na educação pública e privada, além de demarcar os debates em torno da reconstrução educacional do país. Compreendido como um estudo de abordagem qualitativa, objetivou-se apresentar uma breve discussão a respeito da educação primária no Brasil tendo por base os *Pareceres* de Rui Barbosa de 1881 e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, identificando alguns pontos convergentes e caracterizando a importância de ambos para a história de nossa educação. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com a consulta em livros, artigos, dissertações e teses e, a pesquisa documental em fontes retrospectivas – os *Pareceres de Rui Barbosa (1881)* e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Com o estudo, os resultados demonstram os pontos em que os documentos se aproximam e se distanciam da matriz liberal. Contudo, os documentos são detentores de significância incalculável, seja na afirmação de valores e de objetivos a serem alcançados ou como orientações para o modelo de educação atual, além de terem colaborado com processo de construção histórica da educação brasileira.

Palavras chave: Educação Primária. Manifesto dos Pioneiros. Pareceres de Rui Barbosa.

Abstract

The concern on the part of Brazilian educational thinkers in favor of a universalizing education is not so recent and persists to the present day. In the last decades of the 19th century, we come across Rui Barbosa (1848 – 1923) who explains his liberal ideas about the changes in the conception of education through the Opinions on primary, secondary and higher education (1881, 1882 and 1883), defending a priori the need for the State to become fully responsible for the provision of education at different stages, from kindergarten to higher education, in addition to guaranteeing access to the lower classes. In the 20th century, more specifically in the third decade, 1932, a group of intellectuals, with different ideologies, came together to write a manifesto that went against the current educational model, thus seeking to break with the old paradigms. The Manifest of the Pioneers of New Education, thus conceived, brings in its structure the main discussions surrounding public and private education, in addition to demarcating the debates around the educational reconstruction of the country. Understood as a study with a qualitative approach, the objective was to present a brief discussion about primary education in Brazil based on Rui Barbosa's 1881 Opinions and the 1932 Manifest of the Pioneers of New Education, identifying some converging points and characterizing the importance of both for the history of our education. Bibliographic research was used as a methodological procedure with consultation of books, articles, dissertations and theses, and documental research in retrospective sources - Rui Barbosa's Opinions (1881) and the Manifest of the Pioneers of New Education (1932). With the study, the results demonstrate the points in which the documents approach and distance themselves from the liberal matrix. However, the documents are holders of incalculable significance, whether in the affirmation of values and objectives to be achieved or as guidelines for the current education model, in addition to having collaborated with the process of historical construction of Brazilian education.

Keywords: Elementary Education. Pioneer Manifest. Rui Barbosa's Opinions.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. E-mail para contato: rovilio10@gmail.com

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. E-mail para contato: rair.nicacio1@gmail.com



INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira está atrelada a fatores de ordem social, político e econômico, desde o surgimento das máquinas interferindo nas relações de produção, elevando o crescimento das indústrias; a aplicação de técnicas inovadoras à época, utilizadas na produção agrícola alavancando a produtividade, intensificada com a utilização de fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo, além do êxodo rural que fez com que as cidades aglomerassem substancialmente novos moradores, causando assim, a transformação dos centros urbanos já existentes.

As tentativas de universalização do ensino foram instauradas nas últimas décadas do século XIX e intensificada nos primórdios do século XX, fazendo com que o Estado viesse a intervir de maneira assídua para com este modelo de educação e passando a constituí-la como uma escola leiga, gratuita e obrigatória.

Pensadores brasileiros passam a levantar a bandeira em prol da educação pública no Brasil, assim sendo, o nosso trabalho objetivou-se apresentar uma breve discussão a respeito da educação primária no Brasil tendo por base os Pareceres de Rui Barbosa de 1881 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, identificando alguns pontos convergentes e caracterizando a importância de ambos para a história de nossa educação. O estudo está inserido uma abordagem qualitativa e utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com a consulta em livros, artigos, dissertações e teses e, a pesquisa documental em fontes retrospectivas – os *Pareceres de Rui Barbosa (1881)* e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*.

Com o estudo, os resultados demonstram os pontos em que os documentos se aproximam e se distanciam da matriz liberal. Contudo, os documentos são detentores de significância incalculável, seja na afirmação de valores e de objetivos a serem alcançados ou como orientações para o modelo de educação atual, além de terem colaborado com processo de construção histórica da educação brasileira. O trabalho está organizado em quatro partes, sendo a primeira a introdução; a segunda, os Pareceres de Rui Barbosa e a Educação Primária no Brasil (1881); a terceira, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Educação Primária no Brasil (1932) e; a quarta, as considerações finais.

OS PARECERES DE RUI BARBOSA PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL (1881)

Antes de chegarmos ao cerne de discussão dessa tessitura, discutiremos sobre um dos mais importantes intelectuais da educação brasileira, Rui Barbosa, personalidade que travou grandes embates em algumas questões imprescindíveis para o avanço da sociedade brasileira no período de mudança do



regime Imperial para a República, dentre elas podemos destacar: luta pela instituição da instrução popular, pela libertação dos escravos, pela reforma eleitoral e pela Constituição Republicana. Enfatizamos a sua luta em favor da instrução pública expressa em seus *Pareceres* que tratam do ensino primário, secundário e superior.

A partir de sua inserção na academia, Rui Barbosa passou a compor o grupo que vislumbrava e defendia as reformas liberais no país. Alguns elementos compunham a sua forma de ser e de agir – o domínio de técnicas de oratória, os valores liberais difundidos na Europa, bem como, a política do partido liberal. Para Gonçalves (2000), Barbosa enxergava que a tribuna e a política quando atrelada as belas letras se tornariam poderosas na luta pelos ideais liberais.

Em sua atuação no jornal *Diário da Bahia* encabeçou uma campanha pela realização de eleições diretas, que era uma das bandeiras de luta do Partido Liberal. Ao atuar no jornal liberal *A Reforma* passou a confrontar com membros adeptos do conservadorismo e intensificando a sua insatisfação com a união entre Igreja e Estado. Na atuando na política como deputado provincial e depois geral, em 1881, conseguiu aprovar o projeto de Reforma eleitoral, conhecida como Lei Saraiva ou Lei do Censo, de sua autoria, que tinha como foco, as eleições legislativas diretas, porém manteve em sua estrutura o voto censitário e vetava o dos analfabetos.

No segundo mandato, Rui Barbosa, em 1882, passou a almejar a consolidação de um projeto se debruçasse sobre a reforma do ensino, haja vista que no período imperial (1822-1889), a instrução primária se estendia apenas aos membros da classe abastarda da sociedade, na maioria das vezes concretizada com a atuação de preceptores. Já o ensino conhecido como elementar, era realizado através da Escola de Primeiras Letras, instituído pelo Decreto de 1827, tanto na capital do Império como em suas províncias, lei esta que perdurou até 1834 e até 1854 no município da Corte, dada a aprovação da Reforma de Couto Ferraz, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino elementar, onde passou a vigorar o princípio da gratuidade, porém mantinha impedido o acesso de escravos ao ensino público, no entanto, previa a criação de classes específicas para adultos analfabetos.

Em junho de 1881, ao realizar a análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que estabelecia a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império, Rui Barbosa redigiu os seus *Pareceres* sobre a *Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior*. Não só destas leis Rui Barbosa tinha conhecimento quando redigiu os seus *pareceres*, mas de outra como a do ministro do Império Paulino José Soares de Souza, o Projeto de Reforma nº. 18, a do deputado Antonio Candido da Cunha Leitão elaborou dois projetos, um no mês de março e outro em julho de 1873 e a do ministro João Alfredo Correa de Oliveira protocolou o seu



projeto em 23 de julho de 1874 que lhe davam embasamento para concretização de seu documento, pois continham informações situação do ensino no país na época.

Após a escrita de um novo decreto por Leôncio de Carvalho e realizada a análise por parte de Rui Barbosa, este, além de agregar informações imprescindíveis, encaminhou um substitutivo ao decreto, dividindo-o em *pareceres* com inúmeras sessões a começar pela discussão a respeito do ensino secundário e superior. Vale ressaltar que a reforma estava prescrita em nível primário e secundário, somente no município Neutro por conta da legislação nacional, com o Ato Adicional de 1834, o ensino primário e o secundário destinaram-se como competência das Províncias, já a nível de ensino superior, ao Governo Geral.

Por conseguinte, Rui Barbosa acenava para a instauração de um sistema de educação nacional por meio de uma reforma que tivesse início no jardim de infância e se estendesse até o nível superior. Assim expõe Valdemarin (2000) a respeito da atuação de Rui Barbosa sob as modificações realizadas no decreto de Leôncio de Carvalho e que resultou em seus *pareceres*:

[...] pode-se dizer que o substitutivo elaborado por Rui Barbosa, cujo detalhamento e justificativas são apresentados nos Pareceres, pretende criar no país uma estrutura educacional verticalmente articulada, que permitiria a continuidade de estudos até o curso superior, formação profissional, e, ao mesmo tempo, integrada horizontalmente, por meio de cursos que garantiriam homogeneidade da cultura geral, ensino primário, e qualificação técnico-profissional variedade dos ramos do ensino médio (VALDEMARIN, 2000, p. 145).

Rui Barbosa não mediu esforços na redação dos pareceres com riqueza de detalhes, extremamente fundamentado, além de apresentar resultados de suas experiências em outros países. O documento viera a se tornar um dos maiores que tratam do ensino na América. Dado este feito, D. Pedro II, além de chamá-lo a elucidação de seu trabalho, nomeou-o conselheiro, honraria não-nobiliárquica de mais alto padrão. É o que podemos comprovar na apresentação realizada no Tomo I da “Reforma do Ensino Primário e as várias instituições complementares da instrução pública”, feita por Eraldo Tinoco Melo:

Somente Rui, na grandiosidade do seu talento e na polimorfia de sua cultura, como homem público, quer como conselheiro de Ensino Provincial na Bahia, quer como deputado à Assembléia Geral do Império, pelo menos entre nós, conseguiu atingi-las. Suas obras educacionais se confundem com sua trajetória parlamentar. A faceta de Rui como educador tem sido muitas vezes esquecida até mesmo ocultada (MELO, 1947).

Dado o fato de os *pareceres* sobre o ensino primário não existirem até então, Rui Barbosa tinha pouco tempo para preparação, pois parte significativa do material viria de fora do país, tanto é que chegaram apenas em 12 de setembro de 1882.



Já no momento da escolha de Rui para a Comissão de Instrução Pública, a oportunidade estava aberta. Em 19 de abril de 1879, baixaria o governo o Decreto de nº 7.247, que reformava o ensino primário e secundário no município da Côrte e superior em todo o país. O gabinete de então, também do partido liberal, presidido por Sinimbu, tinha na pasta do Império, a que competiam os negócios da instrução, o Professor Carlos Leôncio de Carvalho. O decreto fora enviado ao Parlamento, não para discussão de toda a matéria, mas apenas para autorização das despesas acrescidas, nos novos serviços, que o decreto criara, e o exame de alguns dispositivos, que exigiam o voto do parlamento (LOURENÇO FILHO, 1956, p. 44-46).

Rui Barbosa dedicou-se incansavelmente a estudar documentos sobre a educação daquela época como os Relatórios de Hippeau e Buisson, uns dos primeiros estudos de educação comparada no cenário mundial. Depois de entender e conhecer a educação daquele período, é que propôs mudanças para a situação do ensino no Brasil, para tanto, analisou os dados estatísticos apresentados pelos ministros do Império, considerando um a um os resultados.

Mas a verdade – e a vossa comissão quer ser muito explícita a seu respeito, desagrada a quem desagradar – é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso, é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, se decresce, é numa proporção desesperadoramente lenta; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para receber; é que a instrução popular, na Corte como nas províncias, não passa de um desideratum; é que há sobeja matéria para nos enchermos de vergonha, e empregamos heróicos esforços por uma reabilitação, em bem da qual, se não quisermos deixar dúvida a nossa capacidade mental ou os nossos brios, cumpre não recuar ante sacrifício nenhum; não só porque, de todos os sacrifícios possíveis, não haveria um que não significasse uma despesa proximamente reprodutiva, como porque trata-se aqui do nome nacional num sentido rigoroso, mais sério, mais absoluto do que o que se defende nas guerras à custa de dezenas de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho centenas de milhões arrancados, sem compensação, aos mais esterilizados de todos os impostos (BARBOSA, 1947a, p. 8).

Findada a análise dados estatísticos sobre a escola brasileira, Rui Barbosa constatou que o ensino no Brasil era consideravelmente inferior aos de outros países aos quais estimava e comprovou que no último relatório do Ministro do Império à Assembleia Legislativa, o número de escolas havia aumentado, porém os dados não eram reais, pois, não apresentava mudanças significativas no relatório, se havia o aumento do número de estudantes nas escolas, significaria que a população também estava aumentando.

Rui Barbosa também fez a análise comparativa entre a realidade da situação educacional brasileira com a dos Estados Unidos e outros países da Europa e com os dados de 1857 a 1878, referentes a educação primária do Império, mostrou que o percentual de alunos que frequentavam as escolas era bastante reduzido. Tanto é que, em 1857, a frequência chegava apenas a 1,04% da população e no Município Neutro os índices era de 8,7 escolas para 10.000 habitantes.

Em prol de uma reforma urgente, Rui Barbosa cada vez mais comprovava que no período imperial do Brasil, a educação era privilégio de poucos. E que em 1878, dos 8.419.672 habitantes livres



no país, apenas 11,9 por 1000 indivíduos frequentava a escola, isto é, um aluno presente a cada 84 habitantes. Com isso demonstrava o atraso ao qual o Brasil, no que se refere à educação, encontrava-se comparado a outros países do mundo.

Rui Barbosa deixava claro que apesar da existência de prédios escolares sofisticados à época, a reforma era urgentíssima, pois por trás, escondiam a verdadeira situação educacional do Brasil, uma educação deficitária e ineficiente e que não supria as necessidades do capitalismo industrial.

Numa nação cuja massa é analfabeta, o movimento escolar não pode tranquilizar os espíritos progressistas, se a sua atividade não se traduzir numa proporção bastante acelerada para levar ao desenvolvimento incessante e crescente da população uma vantagem firme, larga e crescente, que cubra, por meio de reduções consideráveis e cada vez mais amplas, o déficit primitivo (BARBOSA, 1947a, p. 18).

Diante do exposto, uma reestruturação completa do modelo educacional do Brasil era urgente, desde a construção dos prédios aos métodos de ensino. Para tanto, era necessária a modificação de carteiras, ventilação das salas, iluminação e higiene escolar das escolas. O próprio Rui Barbosa expõe que o material técnico de ensino existentes eram precários e arcaicos.

Com seus *pareceres* demonstrou a de modo afincado a necessidade de reformar a educação e que seria de incumbência do Estado prover os meios e manter o ensino no Brasil. Conforme nos deixa claro Valdemarin (2000):

A organização do sistema educacional brasileira proposta nos Pareceres de Rui Barbosa pode ser assim sintetizada: a escola primária, essencialmente popular, deve ter ação homogeneizadora e superior, formar homens que dirijam os negócios com eficiência e moralidade. O grau secundário deveria diferenciar e especializar, fomentando o desenvolvimento industrial. Sendo a instrução o meio que possibilita a ordenação social através da consciência que prescreve e obedece à lei, ela é fundamental como fonte de aperfeiçoamento da produção. Por isso deve ser função pública uma vez que assegura a livre expansão do indivíduo e a salvaguarda das instituições liberais, só podendo ser conseguida pela união da ciência com a liberdade, ou melhor, da liberdade orientada pela verdade científica (VALDEMARIN, 2000, p. 172).

Rui Barbosa tinha ciência de que a sua proposta para a educação brasileira contribuiria com mudanças que alavancaram a sociedade e atenderam às expectativas do capitalismo industrial, defendendo o ensino de conteúdos que despertassem a curiosidade e gosto aos estudos pelas crianças.

Nessa linha de pensamento, adentramos de maneira mais específica aos pareceres sobre o ensino primário no Brasil. Como foi expresso anteriormente, os pareceres que tratam do ensino primário no Brasil foram redigidos por Rui Barbosa, posteriormente aos do ensino secundário e superior. Rui Barbosa acreditava que a formação da inteligência popular, adquirida pela instrução escolar, era de suma importância para a reconstrução do caráter nacional e manutenção da ordem no país. A educação era por



ele encarava como um fator fundamental para o desenvolvimento e capaz de contribuir para a modernização.

Através dela, ocorreria a promoção, não só do país, mas de todos os segmentos que o compõem. Neste sentido, propunha a educação técnica e científica com vistas a preparação e qualificação de escravos libertos, bem como de trabalhadores nacionais para a agricultura e também, para a industrial. Esta também, seria propulsora da preparação do homem para exercer a cidadania, o que conduziria a atuação e participação de modo esclarecido nas atividades políticas de país democrático.

Em seus *pareceres*, de maneira enfática discorre a respeito da educação como sendo elemento de suma importância para o país e com isso, passa a mobilizar o Parlamento em prol deste modelo de educação munindo-se de seu discurso e exemplos, como exposto abaixo:

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer, releva instaurarmos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria [...] (BARBOSA, 1947b, p. 121-122).

Rui Barbosa não luta estabelecida por si, não estava sozinho. Um de seus grandes amigos, Rodolfo Dantas manifestou-se em prol de sua causa, também trazendo à tona em forma de alerta, a verdadeira e real situação do ensino no país.

Rodolfo Dantas, seu amigo desde a infância, era um dos maiores entusiastas dessa questão. Fora ministro do Império em 1882, compartilhava das idéias de Rui Barbosa no que se referia à questão da educação. Como ministro, apresentou um relatório em que destacou a necessidade de se fazer a reforma da instrução pública. Só ela poderia salvar da ruína a mentalidade e o caráter do brasileiro, até porque em todos os demais países a instrução pública se colocava como necessidade. De acordo com seu relatório, as estatísticas comprovavam que a cidade mais populosa do Brasil, o município neutro, estava muito abaixo do nível geral dos Estados ricos. Acrescentava, ainda, que no interior da escola a educação precisava ser reformada. Ela era ministrada por meio de métodos repetitivos que careciam de superação. As escolas matavam toda a sensibilidade, curiosidade, gosto pessoal que existiam na primeira infância (MACHADO, 2002, p. 110).

Rodolfo Dantas sugeriu inúmeras mudanças para a instrução popular e coube a Rui Barbosa detalhá-las e aprofundá-las em seus *pareceres*. Para ele, o Brasil tinha de tomar a responsabilidade da educação em prol do desenvolvimento, indo em busca de suprir as lacunas deixadas ao longo da história do Brasil. Assim enfatizava:

Na sociedade atual, releva prosseguir, ou correr. Quem parou está perdido. Por toda a parte surge o progresso. Atual ponto o movimento se apoderou do mundo, que já se não permite descansar, a



não ser que nos ministremos o repouso cientificamente, dosado como remédio, para depois correr ainda mais depressa (BARBOSA, 1947a, p. 190).

Ambos, Rui Barbosa e Rodolfo Dantas depositavam na educação a incumbência de desenvolver a população e assim, transformar o país – a educação como símbolo de progresso. Assim, estes ao receberem tal tarefa, viam na educação, uma entre as inúmeras medidas que impulsionariam o desenvolvimento do Brasil, como comenta Rodolfo Dantas:

Tudo quanto à civilização tem conquistado nessa vasta região da política, tudo quanto à ciência tem obtido nesse largo território da administração, tudo quanto à liberdade conseguiu nesse domínio incomensurável, ali está nitidamente enunciado, primorosamente recolhido, magistralmente traçado; e, sejam quais forem as contingências que o futuro reserve à grande causa da educação no Brasil, essa bela obra prevalecerá contra todos os desfalecimentos e contra todas as reações que porventura possam sobrevir, porque é a obra da ciência e da liberdade em nossos tempos; e decididamente às leis destas duas correntes poderosíssimas, irresistíveis, invencíveis, hão de mais tarde ou mais cedo obedecer todas as nações neste século (DANTAS, 1946, p. 270).

Uma das primeiras medidas a ser reconhecida e viável, seria tornar o ensino primário obrigatório. Sendo dos pais a responsabilidade de encaminhá-los a escola e que ao Estado, caberia o papel de mantê-la, para tanto, deveria estar amparada por lei específica. Segundo Rui Barbosa, quanto mais investimentos fossem destinados à educação, menos seriam aos presídios e, a educação o retorno seria benéfico a toda a sociedade.

Não podemos deixar de expressar que a obrigatoriedade escolar, em 1854, já tinha sido estabelecida, mas não foi concretizada. A obrigatoriedade escolar foi considerada necessidade adjacente, em 1863, pela Inspeção Geral e, em 1870, pelo ministro do Império. Embora em outros países civilizados já tivesse sido admitida. Para João Alfredo, devido o fato de as escolas públicas gratuitas serem insuficientes e com baixa frequência escolar, fez com que a obrigatoriedade não fosse cumprida.

Para Rui Barbosa, seria de responsabilidade do Estado criar escolas que atendessem a todos os alunos e mecanismos que obrigassem os pais a matricularem seus filhos, principalmente as famílias menos instruídas, como uma forma de tirar o país do atraso. A não instrução das famílias fazia com que não visse na educação os benefícios, sendo assim, a obrigatoriedade e gratuidade eram correspondentes. Assim como os pais detinham o poder sobre seus filhos no que tange a validação da obrigatoriedade, também lhes caberia alimentá-los. Em circunstâncias de negligência, o Estado poderia intervir lhes tirando o direito sobre eles. O Estado agindo a partir de leis teria poder de obrigar as crianças a frequentar o espaço escolar.

Rui Barbosa, de fato, ia de contramão ao modelo vigente à época defendendo uma escola leiga e a exclusão do ensino religioso que é de incumbência da Igreja. No decreto de autoria de Leôncio de



Carvalho, estava estabelecido que os alunos não teriam a obrigação de frequentar as aulas de ensino religioso, porém era do professor da classe tal responsabilidade. Assim, Rui Barbosa era um detentor fervoroso de que Estado e Igreja não deveriam caminhar juntos, para não haver a sobreposição de dogmas da Igreja sob o Estado.

Ainda no decreto de Leôncio de Carvalho, é destacada a liberdade de ensino como uma maneira de estimular o aumento do número prédios públicos e gratuitos de ensino, com a livre concorrência e o aperfeiçoamento de professores. Esta liberdade de ensino não era apoiada por Rui Barbosa por considerar imprescindível a criação do Ministério da Instrução Pública que se debruçaria de modo específico sobre as questões entorno da educação, inclusive no que diz respeito a investimentos.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA E A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL (1932)

O cenário nacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX passou pela intensificação de crises de ordem política e econômica, acarretando a consolidação da Revolução de 30, que aparentemente apresenta-se como sendo um momento favorável a transformações na educação brasileira.

Em 1932, um número considerável de intelectuais e educadores, embora de linhas ideológicas diferenciadas, reuniram-se, em meio a esse contexto de transformações, com o intuito de redigir um manifesto que rompesse com o modelo de educação vigente à época e buscasse algo de novo para a mesma. Fernando Azevedo, Armanda Álvaro Alberto, Noemi da Silveira, Cecília Meirelles, Anísio Teixeira, Edgard Sussekind Mendonça, Roquete Pinto, Venâncio Filho, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Antonio Ferreira de Almeida Jr., Júlio de Mesquita Filho, Paschoal Leme, Heitor Lira, dentre outros, compunham 26, intelectuais e educadores de renome que assinaram e lançaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em pleno andamento do processo de reordenação política proporcionado pela Revolução de 1930. O *Manifesto de 1932* tornou-se marco inaugural do projeto que visava renovar a educação brasileira, representando assim, expressiva tomada de consciência da educação enquanto um problema nacional.

O objetivo do Manifesto era de suscitar sensações, comportamentos e impulsionar para a ação apontando a urgência na criação e implementação de um plano amplo e unitário voltado para a reconstrução da educação do Brasil, bem como, demonstrar o desarranjo que era o aparelho escolar.

A propagação do documento se deu principalmente pela publicação em jornais de circulação nacional e posteriormente, transformado em livro. O impacto foi imediato, dada as críticas lançadas a



respeito do Brasil, por não possuir um plano que norteava a educação nacional, no que se refere a universalização da educação, a obrigatoriedade do ensino e ao ensino público e gratuito, comparado a outros países sul-americanos, que desde o século passado já o tinha. É o que verificamos em Ghiraldelli (2008):

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. (...), todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação.... Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao estado a organização dos meios de o tornar efetiva, por um plano geral de educação (GHIRALDELLI, 2008).

De fato, o *Manifesto de 1932* repercutiu em todo o território nacional e em 1934 com a promulgação da Constituição brasileira, foi assegurada a criação de um ensino primário público, gratuito e obrigatório. A mesma Assembleia Constituinte, tornou-o em política pública de educação nacional ao instituí-lo como Plano Nacional de Educação, a cargo do Conselho Nacional de Educação a sua elaboração e à União, a sua fixação.

Além de evidenciar a luta pela defesa da escola pública obrigatória, leiga e gratuita, o *Manifesto* trazia em seu bojo propostas como a voltada para as mudanças nas práticas e saberes pedagógicos, como a valorização da experiência da criança e a defesa do ensino rural, o que poderia servir de meio para manter o homem no espaço campesino. Porém, trazia críticas relacionadas as reformas infundadas, permeadas por lacunas e em desarmonia com a educação.

Ainda nos debruçando sobre o *Manifesto de 1932*, o texto dá ênfase a ideia de educação integral, de coeducação dos sexos e de organização de um sistema nacional, caso viesse a ser criadas creches e jardins de infância para assistir aos educandos que se encontrassem em fase pré-escolar. Para Machado e Carvalho (2015), a escola primária teria por tarefa a de desenvolver as aptidões individuais dos alunos, independentemente da classe social a que pertença. É o que o documento nos orienta quando expõe que, “[...] reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (MANIFESTO..., 1932, p. 42). Mais ainda que apenas os alunos alcançassem destaque no ensino primário poderiam adentrar o secundário. A criação de universidades seria de grande importância, visando principalmente a formação de professores para atuarem nos níveis de ensino primário e secundário, como forma de efetivar o modelo educacional



proposto voltado para uma educação técnico-profissional que viesse de encontro as necessidades presentes na sociedade brasileira.

Para tanto, seria necessário torna efetivo o uso de métodos e processos de ensino que se encaixasse nas descobertas da Ciências Sociais, da Psicologia e das técnicas pedagógicas, expressas por Lemme (1984). Noutras palavras, uma educação que visassem a utilização do método científico por meio da observação, análise e experimentação e que fosse em caminho oposto ao modelo educacional tradicional.

Como podemos verificar no *Manifesto de 1932*, com o novo modelo educacional, os alunos seriam vistos como possuidores de funções complexas de ações e reações. Mas para que isso viesse a ocorrer seria necessário a transformação em todos os níveis de ensino, principalmente no ensino primário, base para os demais níveis. Ao começar pelo ensino primário, quando o aluno ingressasse nos demais, já teria condições condizentes com o novo nível para dá continuidade ao desenvolvimento individual e a mobilização social em virtude de suas aptidões individuais.

Por vislumbrar as condições econômicas e políticas da sociedade da época permeada por ideais liberais, o *Manifesto de 1932* compunha diretrizes para nortear a educação brasileira, seguindo os seguintes princípios propostos, como nos expõe Machado e Carvalho (2015, p. 187):

- a) a educação é considerada, em todos os seus graus, como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem é de competência a educação na capital do País, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e ação fiscalizadora, coordenada e estimulada pelo Ministério da Educação;
- c) o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária gratuita e obrigatória; o ensino deve tender gradativamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus (MACHADO; CARVALHO, 2015, p. 187).

Com os três princípios elencados, a educação é pensada elemento propiciador de desenvolvimento social, a partir da atuação do Estado em consonância com outras instituições sociais; além de enfatizar o dever do Estado em criar normas e leis para a regulamentação do ensino, bem como o seu custeio; e o sistema escolar oferecer educação integral. No que se refere a educação primária, esta deve ser obrigatória, gratuita e gradativa até os 18 anos de idade.



Segundo Teixeira (1999), seria necessário acabar com uma educação elitizada e criar uma educação que abarcassem a todos, principalmente a educação primária que deveria ser expandida para que pudéssemos resolver os desníveis econômicos e a estratificação social.

Sejam lá quais forem às dificuldades, esta terá de ser a escola primária com que resolveremos os problemas da rígida estratificação social e dos graves desníveis econômicos da sociedade brasileira e criaremos a igualdade de oportunidades que é a essência do regime democrático (TEIXEIRA, 1999, p. 129).

[...]

Nos países economicamente desenvolvidos, até a educação média, imediatamente posterior à primária, está se fazendo comum e básica. E a tanto também nós tendemos e devemos mesmo aspirar (TEIXEIRA, 1999, p. 78).

Somente com uma educação obrigatória, gratuita e comum a todos poderíamos lutar contra as desigualdades sociais, bem como, a partir da qualificação, colaborarmos para o desenvolvimento do país. Neste sentido, ainda endossa que o sistema educacional deveria deixar de ser elitista e seletivo, Segundo Teixeira (1999):

Expandimos o sistema, ampliamos o número das escolas, mas não cuidamos de sua seriedade nem de sua eficiência, pois o seu fim não é educar o povo, mas selecionar um número maior de candidatos à única educação que conta em um país ainda dividido, bifurcado em elite diplomada e massa ignorante. (TEIXEIRA, 1999, p. 84).

Por fim, o *Manifesto de 1932*, de forma generalizada, foi criado na perspectiva da defesa por uma escola única e acessível a todos os brasileiros como meio de extinguir as desigualdades de classe ou gênero, e oferecer de maneira igualitária oportunidades aos que a frequentam. Só assim, com este modelo de educação a sociedade caminharia e propiciaria para/o desenvolvimento social e econômico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante exposto, procuramos apresentar uma breve discussão a respeito da educação primária no Brasil tendo por base os *Pareceres* de Rui Barbosa de 1881 e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, identificando alguns pontos convergentes e caracterizando a importância de ambos para a história de nossa educação. Destacamos enquanto pontos convergentes, a educação pública e a obrigatoriedade nestes documentos que tinham a mesma moldura, porém com telas diferentes. Não deixando de destacar, também, que a implantação da educação primária, no período de 1881 a 1932, ocorreu de maneira gradual.



A educação pública nos *Pareceres* de Rui Barbosa de 1881 era pautada na busca por uma educação que rompesse com o formalismo, ou seja, uma educação voltada para as massas e capaz de formar o cidadão por ora almejado. Os *pareceres* defendiam a necessidade de o Estado assumir total responsabilidade para com a oferta da educação desde o jardim de infância até o ensino superior, buscando garantir o acesso das camadas populares. Para que o ensino fosse universalizado, eles defendiam a gratuidade, a laicidade do ensino e a sua obrigatoriedade, mesmo que isso contrariasse a soberania e a liberdade individual do cidadão brasileiro.

A educação, apesar de funcionar em escolas isoladas, não podia ser tratada pelas leis econômicas de oferta e procura, pois, era um empreendimento caro e complexo que daria resultados apenas a longo prazo, assim a liberdade de ensino só traria vantagens, no Brasil, para a Igreja Católica, a única instituição que estava preparada para ofertar o ensino.

Com a reforma da educação pública almejava-se a transformação do trabalho servil em trabalho livre, adotando papel-moeda, fazendo a reforma do judiciário e reorganizando os municípios. Defendia ainda, a propriedade privada, a liberdade comercial, a liberdade de culto, a liberdade individual e a soberania do indivíduo.

Não fazia sentido defender a educação pública separada de questões estruturais da vida brasileira em seus diversos aspectos, fossem eles econômicos, políticos ou culturais. Desse modo, seu projeto educacional alinhava-se à necessidade de transformação social, o que seria impossível sem o fim da escravidão e sem reformas na política. O país necessitava modernizar-se sob diversos aspectos, inclusive referente à industrialização.

Nos *pareceres* sobre educação, Rui Barbosa apresentou a educação como um poderoso agente transformador, que estava intimamente relacionado à cidadania e ao trabalho; porém no conjunto, percebe-se que a educação ocupou apenas parte de sua preocupação. Com a mesma energia com que declarou no parlamento que a educação pública era questão de vida ou morte para o país, dedicou-se também a outros projetos que estavam intimamente relacionados: à reforma eleitoral, à lei do sexagenário e à reforma monetária.

No *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, em se tratando de educação pública, damos ênfase a égide do grupo escolar, apesar de não ter sido efetivado de verdade e ter permanecido num patamar secundário. Nas primeiras décadas da República, o ensino escolar em nível primário passou por redefinições e ampliações em relação às finalidades atribuídas à instrução e que se definiram pelo civismo e patriotismo discente e pela modernização da sociedade. A criação dos grupos escolares no estado de São Paulo evoluiu para um projeto político republicano de reforma social e difusão da instrução popular.



Dessa nova forma de escola se originaram mudanças profundas não só na educação de São Paulo, mas também nas dos demais estados. Com as modificações instituídas, o ensino primário produziu uma cultura escolar que se ampliou na sociedade e se transformou em uma concepção de escola no meio urbano. Tal escola contava com professores normalistas formados e aptos a lecionar segundo métodos então tidos como inovadores, bem como mais bem remunerados e em condições materiais e pedagógicas de trabalho mais apropriadas que as da escola isolada. As reformas que instituía o grupo escolar incidiram em outros pontos: nos programas do ensino do Primário e do Normal, na anulação da educação religiosa, reafirmando a laicidade da escola pública, na adoção de métodos com o intuitivo, visto como marco da renovação escolar.

Assim, enquanto a escola unitária foi substituída pela escola de várias classes e vários professores – o grupo escolar – aos poucos, houve a substituição do método individual pelo ensino simultâneo. Esse método foi uma apropriação dos modelos internacionais e considerado como elemento central cujos defensores incluíam intelectuais, homens públicos, professores e diretores. A preocupação com métodos dizia da parte pedagógica; ou seja, dos conteúdos que foram sistematizados e distribuídos por séries, de alunos classificados em classes através de avaliações e faixa etária, além da ordenação do tempo com o calendário do ano letivo e a jornada escolar.

A educação na primeira República enfrentou algumas dificuldades, dado os ideais de combate ao analfabetismo e de condução do Brasil ao desenvolvimento, como o espaço para criar tal modelo de escola e a complexidade de consolidação das práticas escolares. Porém, os grupos escolares vieram não só reafirmar, mas ampliar o público escolar que estava restrito à cidade, num momento em que a maior parte da população que necessitava alfabetizada residiam no campo; subjugados ao modelo de escola isolada, destinado à população rural.

No grupo escolar, conhecido como escola graduada o tempo teve uma representação cíclica: as séries. Além da seriação, a racionalização pedagógica, a fiscalização e a direção se orientavam pela percepção da graduação cognitiva discente, ou seja, das condições de mudança de uma série à outra na temporalidade devida. Em sala de aula, os professores tinham de fazer o aluno aproveitar ao máximo o tempo do encontro pedagógico para aprender. No espaço escolar havia pressupostos republicanos: a ordem, a moral e a formação cultural e do caráter. As práticas escolares traduziam formas de pensar, agir e sentir que situavam o grupo escolar com uma identidade diferenciada ante as práticas sociais: tornava-se divulgador de valores do republicanismo como a ordem e o progresso, combatendo o analfabetismo e desenvolvendo o país como símbolo do sistema político vigente.

Em se tratando da obrigatoriedade, no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, os educadores vislumbravam um novo cenário para a educação do país, considerando as teses gerais de



laicidade, no qual o Estado seria o agente responsável pela educação nacional, organizando a parte financeira, pedagógica e concepções filosóficas, gratuidade, obrigatoriedade de estudo para as crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, e coeducação, na qual meninos e meninas pudessem estudar no mesmo espaço escolar. Com a obrigatoriedade do ensino primário e a consequente elevação da quantidade de escolas, houve um salto do número de alunos e professores envolvidos com a educação pública brasileira.

Por fim, enfatizamos que tanto os *Pareceres* de Rui Barbosa de 1881 como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 visavam mudanças significativas na forma como a temática educacional era tratada. A educação primária foi um dos segmentos que serviu de palco para as discussões por demonstrarem em ambos os documentos, o grau de importância para transformação da sociedade, a partir do ensino obrigatório, público e gratuito. Tendo em vista que, a escola era tida como mecanismo de poder, introduzir os princípios liberais aos seus membros, em especial aos alunos, faria com que estes fossem racionalizados, no sentido de garantir que através da atuação no espaço escolar, pudessem assegurar a conservação e perpetuidade da ordem social. Logo, a educação pública, com vistas aos *Pareceres* de Rui Barbosa de 1881 e ao *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, proporcionaria a tão sonhada modernização do Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo**: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

BARBOSA, R. “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”. In: BARBOSA, R. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a.

BARBOSA, R. “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”. In: BARBOSA, R. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947b.

DANTAS, R. “Discursos e trabalhos parlamentares”. In: BARBOSA, R. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GONÇALVES, J. F. **Rui Barbosa**: Pondo as idéias no lugar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LEMME, P. “A escola nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira”. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, vol. 65, n. 150, 1984.



LOURENÇO FILHO, M. B. **A pedagogia de Rui Barbosa**. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1956.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa**: Pensamento e ação. Campinas: Autores Associados, 2002.

MACHADO, M. C. G.; CARVALHO, C. H. “O legado do Manifesto de 32 à educação brasileira: os desafios persistem”. **Revista Educação em Questão**, vol. 51, n. 37, 2015.

MELO, E. T. “Apresentação”. *In*: BARBOSA, R. “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo (1890–1910). São Paulo: UNESP, 1998.

TEIXEIRA, A. **A educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

VALDEMARIN, V. T. **O liberalismo demiurgo**: Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 29 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima